



**Serviço Público Federal
Universidade Federal Fluminense
Mestrado em Direito Constitucional**

**Ata da reunião ordinária do
Programa de Pós-Graduação em
Direito Constitucional da
Faculdade de Direito da
Universidade Federal
Fluminense.**

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e dezesseis, às 10:30h, presidida pelo Professor Enzo Bello, teve início a Reunião Ordinária do Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense, com a presença dos Professores: Celia Abreu, Clarissa Brandão, Eduardo Val, Enzo Bello, Giovanna Frisso, João Paulo, Marcus Fabiano, Monica Paraguassu e Pedro Curvello; e dos discentes: Anna Cecília Bonan (representante discente), Rose Aparecida (representante discente), Guilherme Candeloro (representante discente), Anna Carolina Pinheiro e Caio Magalhães. O professor Enzo Bello fez a leitura da pauta: **1) Leitura e aprovação da ata da RO de 31/03/16 (Coordenação); 2) Pedido de descredenciamento (Prof. Roberto Fragale); 3) Pedido de revisão de credenciamento (Prof. Enzo Bello); 4) Requerimento de reconhecimento regimental de direitos para docentes colaboradores (Profs. Eduardo Val e Gustavo Sampaio); 5) Requerimento de reconhecimento regimental de direitos para docentes "recém doutores" (Profs. Pedro Curvello e Taiguara Soares); 6) Informes Gerais.** O Prof. Enzo informou que, após a divulgação dos pontos de pauta desta reunião, recebeu emails dos professores Monica e Marcus, nessa ordem, requerendo inclusão de pontos de pauta relativos a pedidos seus de mudança de regime para docentes colaboradores. A coordenação deferiu os pedidos. No primeiro ponto de pauta, o Coordenador

realizou leitura minuciosa, em voz alta, da minuta da referida ata, frisando ter inserido as tabelas de pontuação referentes às exigências de produção bibliográficas da CAPES. Os Professores Marcus Fabiano e Monica solicitaram alteração de alguns trechos (redação a ser enviada ao secretário Eric) referentes ao registro de algumas de suas exposições durante aquela reunião. A ata foi aprovada por unanimidade. No segundo ponto de pauta, o Professor Enzo apresentou requerimento do Professor Roberto Fragale para o seu descredenciamento do quadro docente do PPGDC. O Professor Enzo registrou agradecimento público por todos os serviços prestados pelo Prof. Fragale ao Programa, lamentando que tenha tomado essa decisão de deixar o Programa, por se tratar de docente de extrema qualidade e que muito contribuiu com a criação e a implementação do PPGDC. O pedido de descredenciamento foi homologado por unanimidade. No terceiro ponto de pauta, o Professor Enzo expôs seu pedido de revisão de credenciamento, formulado em 08 de abril de 2016, para se tornar professor colaborador no segundo semestre de 2016, em data posterior ao encerramento do seu mandato como coordenador do Programa. Justificou o pedido no sentido de que, após se dedicar intensamente a inúmeras atividades centrais no PPGDC (antes e durante seu mandato de coordenador), considera necessário expandir os horizontes e se envolver em outros espaços, inclusive para efeito de orientação de teses de doutorado. Apontou que a sua mudança de regime para colaborador não traz nenhum prejuízo para o PPGDC, pois permaneceria respeitada a relação quantitativa entre docentes permanentes e colaboradores definida pela CAPES. A Profa. Monica solicitou a junção a este ponto de pauta do pleito formulado por ela e pelo Prof. Marcus. A plenária concordou e os professores Monica e Marcus apresentaram seus pedidos, justificando que desejam se colocar numa posição que seja a melhor para o Programa. A Profa. Celia pediu a palavra e falou sobre o tema da publicação de livros pelo PPGDC. O Prof. Enzo mencionou que já fora convocada para a próxima segunda-feira, dia 02 de maio, reunião extraordinária específica para se abordar o tema, e ressaltou que serão fornecidos todos os esclarecimentos necessários. Voltando ao ponto de pauta, a discente Anna Carolina Pinheiro perguntou ao coordenador se tais mudanças de regimes prejudicariam o percentual mínimo de professores exigidos para que o Programa permaneça ativo. O coordenador esclareceu que não haverá

prejuízo, pois observado o percentual definido pela normativa. A aluna expôs também que gostaria que houvesse um diálogo sobre o momento vivido pelo país e que se construam produções bibliográficas sobre o assunto. Encaminhada a votação, foram analisados e aprovados, por unanimidade, os pedidos formulados, nessa ordem, pelos professores Enzo, Monica e Marcus. No quarto ponto de pauta, requerimento de reconhecimento regimental de direitos para docentes colaboradores, o Professor Eduardo Val fez circular o documento com o requerimento apresentado por ele e pelo Prof. Gustavo Sampaio, e afirmou que, enquanto docente colaborador, realiza muitas atividades no Programa (orientações, disciplinas, pesquisa) e que os docentes colaboradores devem ter direito a voto nas decisões de colegiado, em observância ao direito à isonomia e ao princípio democrático; por isso, propuseram emenda ao Regimento Interno do PPGDC referente à temática do voto, pois este é a concretização da participação política e acadêmica. A Professora Monica questionou se as resoluções seriam respeitadas parcial ou integralmente, apontando que se for para ocorrer alteração de alguns pontos, seria interessante alterar outros. Enquanto o documento de proposta circulava a Professora Célia expôs ter certeza de que é um documento bem feito, mas solicitou que seja votado posteriormente, em nome do que denomina “princípio da não surpresa”. O Prof. Eduardo afirmou que, assim como em outros casos, este pedido foi sustentado documental e oralmente, tendo sido apresentados todos os seus fundamentos, além de o requerimento escrito estar circulando entre os presentes. Todos tiveram a oportunidade de se manifestar. Portanto, não faz sentido que cada tema apresentado ao colegiado seja decidido em outro momento, sob pena de se ter sempre trabalho dobrado. Unificado o quinto com o quarto ponto de pauta, com aprovação da plenária, o Professor Pedro expôs sua proposta, formulada em conjunto com o Professor Taiguara, voltada a se reconhecer também à categoria de professores “recém-doutores” o direito de integrarem o colegiado e de votarem. A argumentação foi semelhante à do requerimento anterior. Inicialmente foi colocada em votação a proposta da Professora Célia sobre o adiamento da decisão. Houve 3 votos a favor (Marcus, Célia e Monica), 8 votos contra (Clarissa, Enzo, João Paulo, Giovanna e Pedro; e os representantes discentes Anna Cecília, Rose e Guilherme). Nenhuma abstenção. Portanto, ficou decidido por se apreciar e

votar os pedidos referentes aos pontos 4 e 5 nesta reunião. No mérito, foi colocado em votação o requerimento dos professores Eduardo e Gustavo para que os docentes colaboradores integrem o colegiado do PPGDC e tenham direito a voto. Houve 8 votos favoráveis (Clarissa, João Paulo, Giovanna, Célia e Pedro; Anna Cecília, Rose e Guilherme), 1 abstenção (Enzo) e nenhum voto contrário. Ficou aprovado o requerimento dos professores Eduardo e Gustavo por unanimidade, para alteração do Regimento Interno do PPGDC, de modo a se incluir os docentes colaboradores entre os membros do colegiado do PPGDC, portanto, com direito a voz e voto. Em seguida, foi colocado em votação o requerimento dos professores Pedro e Taiguara para que os docentes “recém doutores” integrem o colegiado do PPGDC e tenham direito a voto. Houve 9 votos a favor (Clarissa, Eduardo, João Paulo, Giovanna, Marcus Fabiano e Pedro; Anna Cecília, Rose e Guilherme), 3 abstenções (Enzo, Monica, Célia) e nenhum voto contrário. Ficou aprovado o requerimento dos Professores Pedro e Taiguara por unanimidade, para alteração do Regimento Interno do PPGDC, de modo a se incluir os docentes “recém-doutores” entre os membros do colegiado do PPGDC, portanto, com direito a voz e voto. No último ponto de pauta, informes gerais, o representante discente Guilherme Candeloro solicitou que fosse incluído como ponto de pauta numa próxima reunião a apreciação de uma modificação na Resolução PPGDC nº 05/2014, que versa sobre orientações de dissertações, para fins de inclusão do critério de escolha para fins de distribuição das orientações. A Professora Célia informou ter começado a trabalhar em prol de linha de pesquisa para ser agregada ao Programa, com objetivo de constituir reforma nas linhas de pesquisa, e tal projeto será enviado a todos. A Professora Monica declarou que deve ser alterada a questão de escolha prévia de possíveis orientadores durante o processo seletivo para ingresso de discentes. Afirmou que os docentes colaboradores não deveriam estar presentes em processos seletivos. O Professor Eduardo Val ressaltou que esteve presente no processo seletivo, mas que se absteve de avaliar os candidatos, expondo o seu entendimento de que é importante que os colaboradores se façam presentes nesses momentos, pois se não o fizessem não haveria como conhecer o perfil de seus possíveis orientandos. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e extraído o

presente extrato, redigido pelo servidor Eric Maciel e assinado pelo Professor Doutor Enzo Bello, coordenador do PPGDC.

ASSINADO NO ORIGINAL

PROF. DR. ENZO BELLO
(Coordenador do PPGDC)